



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**

Departamento de Sociologia

Trabalho de Fim de Curso

“Pai e pai devem se sentar e se entenderem”: um estudo sobre as percepções públicas de  
resolução de conflito em Moçambique (2013 a 2014)

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a  
obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

**Autor:**

Alcides André de Amaral

**Supervisor:** Dr. Obede Suarte Baloi

Maputo, Outubro de 2015

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de Sociologia

Trabalho de Fim de Curso

**Título:**

“Pai e pai devem se sentar e se entenderem”: um estudo sobre as percepções públicas de resolução de conflito em Moçambique (2013 a 2014)

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane
--

**Autor:**

Alcides André de Amaral

**Supervisor:**

Dr. Obede Suarte Baloi

Maputo, Outubro de 2015

“Pai e pai devem se sentar e se entenderem”: um estudo sobre as percepções públicas de  
resolução de conflito em Moçambique (2013-2014)

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a  
obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autor:

Alcides André de Amaral

Supervisor:

Obede Suarte Baloi

O Júri

O Supervisor

O Presidente

O Oponente

-----

-----

-----

Maputo, Outubro de 2015

### **Declaração de honra**

Eu, Alcides André de Amaral, declaro por minha honra que esta monografia nunca foi apresentada, nem na sua essência e nem superficialmente, para a obtenção de qualquer grau e que constitui o resultado da minha pesquisa pessoal, estando indicadas no texto as referências bibliográficas por mim usadas.

.....

Alcides André de Amaral

### **Dedicatória**

Dedico este trabalho antes de mais nada a toda comunidade académica e aos demais cidadãos interessados pelo assunto aqui tratado. Que o mesmo sirva de um impulso para futuras pesquisas muito mais aprofundadas e com teor inteiramente empírico. Espero igualmente que sirva como uma contribuição para o debate público moçambicano que, ao meu julgamento, carece de informações fundamentadas empiricamente quando está em questão o conflito vivenciado pelos moçambicanos no período aqui em estudo.

Dedico também este trabalho a mãe do autor que vezes sem conta caía numa mesma pergunta: “Alcides, como vai os estudos?”. Que em vernáculo dir-se-ia: “afinal, meu filho, quando terminam os estudos?”. Querendo ou não, de certa forma esta pergunta fez este trabalho e deu, de uma forma geral, o impulso para o fim de um primeiro processo no meu empreendimento académico. (Mas eu ainda não sei quando terminará os estudos mas sei, isso sim, que a mãe do autor fez com que ele terminasse a licenciatura).

Em memória de Orlando Jorge de Amaral, o meu pai...

## Agradecimentos

O meu mais profundo agradecimento a Obede Baloi, o meu supervisor, pelos constantes puxões de orelha. Puxões que muitas vezes me levavam a tristeza. Que me levavam a tristeza não porque doíam as orelhas mas porque revelavam o resultado ou a consequência duma minha falha ou um erro meu num trabalho que achava ser, aos meus pés, o “mais certo de todos”. Obrigado por mim fazer ver que estava errado e que precisava de errar. Eestou ciente que continuarei a errar sempre que o erro se apareça diante de mim como impulso para o certo! Obrigado também por mim suportar! No fundo, no fundo, qualquer estudante, seja de que grau for, chega a ser, num sentido saudável da palavra, insuportável! É por isso que também agradeço aos professores que me entenderam e deram-me uma mão durante o curso, falo, como distinto exemplo, dos professores Baltazar Muianga e Orlando Nipassa.

Os meus agradecimentos vão também para os meus colegas de turma e de fora dela. Por exemplo ao Rassul José Mardade que sofria comigo nas discussões de alguns tópicos do trabalho e que fez comque fosse possível que uma quota-parte dos errados e dos certos que provavelmente tenham-se incrustado — tem vezes que não controlamos os resultados das nossas acções — em certas fases do trabalho seja da sua culpa. Em contrapartida, a colega Liendina Chirindza é por mim grata por suportar as minhas lamentações. O seu “vais conseguir” constante reflectiu-se, querendo ou não, neste trabalho. Para falar dos colegas fora da turma cansarei a leitura do trabalho somente nos “agradecimentos”. Razão pela qual, gratos a todos eles! Mas o meu agradecimento ao Jorge Mutampua, meu amigo, responsável pelo índice. Se este trabalho tem um “bom” ou um “mau” índice foi graças a este jovem! O autor do texto não sabia fazer um índice automático.

Enfim, os agradecimentos nunca acabam enquanto se faz parte de um mundo, de um planeta ou quando nos encontramos, para inventar Simmel, num “*complexoconjuntode relações complexas*” que se chama *sociedade*. Daí tendemos a generalizar. Assim, agradeço a todos que directa ou indirectamente, de uma ou doutra forma, me ajudaram na elaboração do presente trabalho e, porque não, a pôr termo o curso.

## **Resumo**

O trabalho aqui apresentado teve como objectivo principal compreender as percepções de resolução de conflito em Moçambique de 2013 a 2014. E teve como objectivos específicos analisar as tais percepções, fazer uma descrição sucinta do conflito aqui em causa e identificar nas percepções dos indivíduos elementos que permitam relacionar estas percepções com o tipo de Paz celebrado em Moçambique. Uma vez que não foi realizado em Moçambique um estudo sobre as percepções dos indivíduos de resolução de conflito ocorrido de 2013 a 2014 perguntei-me sobre qual seria a percepção de resolução do conflito dos indivíduos em Moçambique e como devem ser analisadas. Assim, metodologicamente a pesquisa é meramente qualitativa e é por esta razão que fiz o uso da *Análise de Discurso* com base em informações contidas em alguns pronunciamentos encontrados em materiais audio-visuais que foram por mim ouvidos e transcritos. Por outro lado, o método indutivo e o fenomenológico foi usado, respectivamente, como métodos de abordagem e de procedimento. Portanto, analisadas as diferentes opiniões cheguei a algumas constatações: a primeira é a de que o apelo ao diálogo entre as partes como resolução de conflito em Moçambique é recorrente e, por outro lado, estas percepções de resolução de conflito tem influências significativas do tipo de Paz celebrado em Moçambique — Paz Negociada — por meio de uma recordação de uma experiência vivenciada — a guerra dos dezasseis anos e o “consequente” acordo de paz.

**PALAVRAS-CHAVE:** Resolução de conflito, Paz negociada, Experiência significativa e Estoque de conhecimento

### **Abstract**

This work had as main objective to understand the perceptions of conflict resolution in Mozambique from 2013 to 2014 and had the following specific objectives: analyze such perceptions, make a brief description of the conflict at issue and identify in such perceptions elements that permit to relate these perceptions to the type of Peace celebrated in Mozambique. Once there's not in Mozambique a study about the perceptions of conflict resolution, precisely about the conflict of 2013 to 2014, I wondered about what would be the perception of conflict resolution in Mozambique. Thus, methodologically this research is merely qualitative. So, that is why I used *Discourse Analysis* based on information contained in speech found in some audio-visual materials that have been heard and transcribed by me. Moreover, the inductive method and the phenomenological were used respectively as methods of approach and procedure. However, analyzed the testimony I came to some constataions: the first is that the dialogue between the conflict parties is repeatedly proposed as a means of conflict resolution in Mozambique and, on the other hand, this conflict resolution suggestion is fundamentally determined by the type of Peace celebrated in Mozambique – Peace settlement - through a memory of a lived experience - the war of sixteen years and its "consequent" peace agreement.

**KEYWORDS:** Conflict Resolution, Peace Settlement, Significant Experience and Stock's Knowledge



## Índice

Declaração de honra .....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	iv
Abstract.....	v
I. Introdução.....	1
Capítulo 1. A CONSTITUIÇÃO DO OBJECTO: A PROBLEMÁTICA E O PROBLEMA DA PESQUISA .....	4
1.1. A PAZ NEGOCIADA E A PAZ DOS VITORIOSOS: A PERSPECTIVA DE GEORG ELWERT, STEPHAN FEUCHTWANG E DIETER NEUBERT EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO .....	5
1.2. A FENOMENOLOGIA DE ALFRED SCHUTZ: A EXPERIÊNCIA SIGNIFICATIVA E O ESTOQUE DE CONHECIMENTO DOS INDIVÍDUOS .....	7
1.3. PERCEPÇÃO DO SENSO COMUM DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO — O ANTECEDENTE DO PROBLEMA.....	8
1.4. JUSTIFICATIVA .....	11
Capítulo 2. CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS DA PESQUISA: DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS .....	14
2.1. CONFLITO .....	14
2.2. RESOLUÇÃO DE CONFLITO .....	14
Capítulo 3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS .....	17
3.1. MÉTODOS E TÉCNICAS DE RECOLHA E DE TRATAMENTO DOS DADOS .....	17
3.2. LIMITAÇÕES DA PESQUISA E AS TENTATIVAS DE SUPERAÇÃO .....	22
Capítulo 4. O PROCESSO DE ESCALAÇÃO DO CONFLITO DE 2013 A 2014 .....	24

3.1. A TENTATIVA DE SE PÔR FIM O CONFLITO E A SUCESSÃO DOS ATAQUES .....	25
3.2. A ASSINATURA DOS ACORDOS E O FIM DAS “HOSTILIDADES POLÍTICO-MILITARES”.....	27
Capítulo 5. “DECIDAM E NOS DÊEM A PAZ”: UMA APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA .....	28
5.4. A PAZ NEGOCIADA COMO DETERMINANTE DAS PERCEPÇÕES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO .....	32
3. AS ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES .....	39
ANEXOS .....	45

## I. Introdução

As “*Percepções públicas de Resolução de conflito em Moçambique*” é o tema deste trabalho. Este vem em cumprimento do requisito final para a obtenção do grau de licenciatura em Sociologia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Departamento de Sociologia e Serviço Social e tem o objectivo de compreender as percepções de resolução de conflito em Moçambique. Este é o objectivo geral do trabalho. Mas o trabalho tem também três objectivos específicos, são eles: analisar as percepções de resolução de conflito; descrever sucintamente o conflito e, finalmente, identificar nestas percepções elementos que nos permitem relacioná-los com o tipo de paz celebrado em Moçambique.

Assim, duas motivações justificaram a escolha do tema: uma meramente pessoal e a outra pretensamente académica. A primeira diz respeito a necessidade de se estudar as percepções dos indivíduos de modo a compreendê-las ou seja, a necessidade de compreender as reacções dos mesmos em relação ao conflito que vivenciam. E a segunda motivação é, como disse, pretensamente académica isto é o trabalho vem cobrir um vazio no debate público moçambicano quando o que se encontra em causa é o conflito político que se viveu em Moçambique a partir de 2013. Este debate é e foi caracterizado por opiniões sem nenhum estudo empírico como fundamento. Portanto, este trabalho é também uma tentativa de cobrir este espaço e contribuir para um debate público moçambicano mais saudável, menos emotivo e com fundamento empírico. O debate público necessita, antes de mais nada, de fundamento empírico.

Ora, estudos mostram que as percepções de resolução de conflito apresentam-se, como me parece natural, de uma forma variada e, apesar disso, poucos procuram compreender as determinantes destas percepções. Um exemplo disso é o inquérito feito aos cidadãos europeus sobre o conflito político no Médio Oriente. Este estudo mostrou que uma boa parte dos cidadãos deste continente (53%) apontam para a culpabilidade de uma das partes em conflito como sendo o obstáculo a paz e não se interessam pelos meios pelos quais se chega a mesma (Abdullah and Chehata, 2011)! Para este grupo não importa nem o diálogo e nem uma intervenção militar mas sim a identificação dos culpados e as consequentes sanções. Por outro lado, mesmo entre os palestinos as

opiniões tendem a variar. Se de um lado, alguns apontam para uma solução militar os outros, por outro lado, tendem a apontar uma solução mais diplomática, uma solução que privilegia um diálogo entre as partes (Partir, 2011). Entretanto, embora estes estudos mostrem simplesmente a variação das percepções de indivíduo para indivíduo ou de sociedade para sociedade eles se interessam mais pelo como do que pelo por que destas percepções.

Entretanto, no que diz respeito ao conflito aqui em questão nenhum estudo sobre as percepções públicas de resolução do mesmo foi levado a cabo. Assim, não havendo um estudo desta natureza em Moçambique perguntei-me sobre quais seriam as reações públicas em relação a resolução do conflito e o que determinaria estas reações. Na tentativa de dar uma resposta provisória afirmei que numa situação de conflito, pela experiência histórica por eles vivenciado, como é o caso da Guerra dos Dezasseis anos e o da Assinatura dos Acordos de Paz, apelam para o diálogo entre as partes envolvidas como meio de resolução de conflito. Portanto, para tratar o problema em questão fiz o uso da abordagem de três autores, são eles Georg Elwert, Stephan Feuchtwang e Dieter Neubert (1999) sobre a Paz Negociada e a Paz dos Vitoriosos e da fenomenologia de Alfred Schutz concretamente nas noções de *Experiência significativa* e de *Estoque do conhecimento* dos indivíduos. Assim, o argumento fundamental da pesquisa é o de que uma forma crítica de compreensão das percepções dos indivíduos de resolução de conflito em sociedades pós-conflito é estabelecer a relação entre estas percepções com o processo de construção celebrado nesta sociedade.

No entanto, pela natureza e pela forma de tratamento dos dados a pesquisa foi essencialmente qualitativa. Aqui, para dizer a minha maneira, não me interessou “o quanto e porquê” mas sim “o qual e porquê”. Quero acreditar que as pesquisas com esta última natureza pode ser (também) meramente qualitativa. É por esta razão que fiz o uso da *Análise de Discurso* como método de análise dos dados por meio de consulta de imprensa e o uso de material audiovisual contendo vários pronunciamentos dos indivíduos. Discursos estes que foram por mim escutados e transcritos com toda a atenção possível com base num modelo simples de transcrição.

Para terminar, para além desta introdução, dividi o trabalho em quatro fases sendo a primeira reservada para a constituição do objecto (a atribuição de uma problemática, a formulação do problema, a construção das hipóteses), a segunda reservada para uma

descrição sucinta do conflito de 2013 a 2014, a terceira reservada para a análise e interpretação dos dados e, finalmente, a quarta fase foi reservada para as últimas considerações. Assim, para o tratamento geral de cada fase estruturei o trabalho em cinco capítulos. Onde o primeiro, logo a seguir a esta introdução, trata da problemática, do problema, da justificativa enfim, da constituição do objecto de um modo geral, o segundo capítulo trata da vertente conceitual do trabalho e o terceiro trata da questão metodológica. O quarto e o quinto capítulo foram dedicados, respectivamente, a uma descrição sucinta do conflito aqui em estudo e a apresentação e interpretação dos resultados. E daí conclui com as considerações finais. Aqui pretendi simplesmente dar as minhas considerações em relação a pesquisa apresentando as possíveis maneiras de como reparar o problema aqui tratado.

## **Capítulo 1. A CONSTITUIÇÃO DO OBJECTO: A PROBLEMÁTICA E O PROBLEMA DA PESQUISA**

O problema de resolução de conflito político é e foi tratado por vários autores muitos deles preocupados em propor um diagnóstico a uma situação pós-conflito de modo a se evitar ou pelo menos controlar uma possível emergência de uma nova situação de conflito. Estas abordagens nos remetem para um tratamento do problema de uma forma mais normativa do que uma proposta de compreensão do próprio processo de resolução de conflito como tal. Porém, não procuro estudar o processo de resolução de conflito enquanto tal mas sim a percepção do senso comum desta percepção. Se no primeiro caso trata-se de um termo usado para designar uma nova área de estudo (*Conflict Resolution*), no segundo trata-se simplesmente de uma perspectiva comum sobre a forma pela qual um conflito deve ser solucionado. Trata-se, numa primeira instância, de como os indivíduos reagem numa situação de conflito.

Nesta fase do trabalho procuro trazer as perspectivas teóricas que me permitirá compreender as percepções comuns de resolução de conflito de modo a dar uma orientação lógica a pesquisa— o que chamo por problemática. Segundo Raymond Quivy (2005) a problemática nada mais é do que uma perspectiva teórica que se decide seguir de modo a tratar o problema formulado. Para o efeito recorri a abordagem de Georg Elwert, Stephan Feuchtwang e Dieter Neubert (1999)<sup>1</sup> e a Fenomenologia de Alfred Schutz como sendo as perspectivas teóricas que decidi seguir de forma a tratar o problema aqui formulado. Estas duas abordagens teóricas, uma mais específica sobre o processo de resolução de conflito e a outra mais geral sobre as experiências vivenciadas pelos indivíduos, me permitiram tornar o fenómeno percepções de resolução de conflito mais inteligível. Nesta fase também apresentarei a formulação do problema aqui levantado.

---

<sup>1</sup> Há no entanto que salientar que as obras que foram retiradas as abordagens apresentadas neste trabalho estão, muitas delas, na língua inglesa assim, trata-se duma tradução livre do autor. A minha neste caso.

### 1.1.A PAZ NEGOCIADA E A PAZ DOS VITORIOSOS: A PERSPECTIVA DE GEORG ELWERT, STEPHAN FEUCHTWANG E DIETER NEUBERT EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO

Uma das perspectivas que trago aqui para tratar o problema das percepções públicas de resolução de conflito é a de Gorge Elwert, Stephan Feuchtwang e Dieter Neubert (1999). Segundo a perspectiva destes autores quando se está perante um processo de resolução de conflito ou, mais especificamente, para se compreender um processo de construção de Paz deve-se ter em conta dois processos diferentes e os vários papéis dos heróis da guerra. Assim, para os autores o simples fim da guerra, o simples calar das armas (Paz Negativa) ou a simples consideração de uma Paz Positiva (*Positive Peace*) não constitui uma condição suficiente para se poder compreender de uma forma crítica o processo de construção da Paz como tal e nem mesmo, quanto ao caso que trato aqui, as percepções públicas de resolução de conflito exatamente pelo valor normativo que fundamenta as abordagens que se guiam por esta direção.

Todavia, se num processo de resolução de conflito pode-se constatar, de um lado, uma *Paz dos Vitoriosos* (the Peace of the Victors) do outro, contrariamente, constata-se uma *Paz Negociada* (The Peace settlement). Assim, a primeira consiste na vitória de uma das partes sobre a outra e são os vitoriosos que se tornam os heróis da guerra e acabam controlando politicamente e economicamente os derrotados — trata-se de um processo de *de-escalção pela força*. Entretanto a segunda, pelo contrário, consiste na ausência de vitoriosos pois simplesmente corresponde num acordo entre as partes em conflito onde ambas as partes consideram como estando no mesmo nível. Aqui, o objecto da negociação é o poder político e económico incluindo um elemento de balanço<sup>2</sup>.

Todavia, se se ter em conta estes dois processos de construção da Paz então só podem haver, provavelmente, diferentes papéis para os heróis da guerra. Assim, se de um lado estes heróis se tornam os novos detentores de poder (*powerholders*) — como acontece, por exemplo, no caso da Paz dos Vitoriosos (*Peace of Victors*) onde os heróis da guerra são os próprios vitoriosos — de outro lado os heróis tornam-se simplesmente

---

<sup>2</sup> Como, por exemplo, se me é permitido opinar, a lei dos partidos políticos no que diz respeito as negociações da Paz entre o Governo e a RENAMO em 1992 na cidade italiana de Roma.

ex-combatentes sem mais utilidade na sociedade e são simbolicamente honrados e o poder é tomado pelos Civis. Mas, Segundo os autores

*“Precisamos de ter cuidado. Um uso instrumentalizado das tradições locais dos conceitos pode levar a uma reversão do efeito. Schwandner-Sievers mostrou que em Albania conceitos locais são usados pelo estado e pelos outros ‘mediadores’ de controlo do conflito ou reconciliação nos conflitos locais. Mas isso reforça a ética da oscilação do conflito”* (idem, p. 30)<sup>3</sup>.

Portanto, um dos exemplos de uma Paz Negociada pode ser o caso moçambicano e de uma Paz dos Vitoriosos o caso angolano. Se em Moçambique a paz foi possível por meio de uma negociação entre as partes isto é, com base num Acordo de Paz celebrado em 1992, em Angola, pelo contrário, embora se tenha assistido a uma negociação entre as partes, o fim do conflito só foi possível em 2002 com a morte de Jonas Savimbe, o líder rebelde, por uma intervenção militar durante o conflito (Meijer, 2004).

Assim, quanto a mim, esta abordagem de Elwert, Feuchtwang e Neubert dá-nos a possibilidade de também analisar as percepções de resolução de conflito dos indivíduos tendo como base os processos de resolução de conflito propostos pelos autores. É possível analisar as percepções de resolução de conflito a partir de uma distinção de uma Paz Negociada e uma Paz dos vitoriosos. Neste sentido, para a pretensão deste trabalho, esta abordagem de Elwert, Feuchtwang e Neubert se mostra necessária e ajustada aos objectivos da pesquisa aqui levada a cabo uma vez que apresenta elementos que me podem permitir analisar as percepções dos indivíduos, juntamente com a noção proposta por Alfred Schutz de *Experiência significativa* e do *Stock de conhecimento* dos mesmos, que de seguida poderei desenvolver, por meio de uma distinção entre uma *Paz Negociada* e uma *Paz dos Vitoriosos*.

---

<sup>3</sup> Tradução livre e literal do autor do original: “We have to be careful. An instrumentalised use of local traditions may lead to reverse effects. Schwandner-Sievers shows that in Albania local concepts were used by the state and by other brokers for control or reconciliation in local conflict. But this strengthened the ethic of oscillating”.



## 1.2.A FENOMENOLOGIA DE ALFRED SCHUTZ: A EXPERIÊNCIA SIGNIFICATIVA E O ESTOQUE DE CONHECIMENTO DOS INDIVÍDUOS

No âmbito analítico da pesquisa, para além da perspectiva de Elwert, Feuchtwang e Neubert desenvolvida acima, também far-se-á o uso da fenomenologia de Alfred Schutz porém com mais atenção e enfoque nas suas noções de *Experiência significativa* e de *Estoque de Conhecimento* (1979). Segundo Espíndola (2012) a fenomenologia de Schutz tem o objectivo de estudar os fatos conforme experimentados na consciência dos indivíduos através de acções cognitivas e perceptíveis, procurando, assim, perceber como as pessoas estabelecem seus significados (p. 162). Ora, se o meu objectivo nesta pesquisa é de compreender as percepções públicas dos indivíduos quando se encontram diante de um conflito então é provável que estas percepções possam estar relacionadas com os acontecimentos experimentados nas consciências destes indivíduos.

Portanto, ainda de acordo com Espindola, a fenomenologia de Schutz permite entender “o processo pelo qual o individuo apreende o conhecimento e gera enquadramentos e estereótipos da realidade” (idem) e em certa medida lhe permite reagir perante os acontecimentos que vivencia num certo *agora* (idem). É este conhecimento que geralmente se apresenta em conjunto que Alfred Schutz designou por *Stock de Conhecimento a Mão* (Schutz, 1979). O homem, assim diz Schutz, “na vida diária, tem a qualquer momento um estoque de conhecimento a mão que lhe serve como um código de interpretação do passado” (idem).

Uma outra noção de Schutz a qual será aqui tomada em conta de modo a consubstanciar a interpretação dos dados é a noção de “experiência significativa”. Para o teórico, esta experiência apenas corresponde àquelas acções já passadas, já vivenciadas. Assim, para Schutz “somente o que já foi vivenciado é significativo, e não aquilo que está sendo vivenciado pois o significado é meramente uma operação da intencionalidade, a qual, no entanto, só se torna visível reflexivamente” (idem, p.63). É exactamente esta vertente da perspectiva de Schutz de “*experiencia significativa*” que, também, procurarei fazer o uso na interpretação dos resultados. Quer me parecer que é com base numa constante procura no passado que os indivíduos em Moçambique

encontram o fundamento das suas posições sobre o meio pelo qual se pode chegar ao fim do conflito entre o governo e o partido de oposição.

Contudo, as ideias apresentadas acima permitem considerar a fenomenologia como uma teoria capaz de explicar as percepções dos indivíduos com base nas suas experiências vivenciadas. É assim que tanto a perspectiva de Elwert, Feuchtwang e Neubert como a teoria de Alfred Schutz constituirão o “ângulo teórico” (Serra, 2012) pelo qual tratarei o problema aqui levantado. O argumento fundamental da pesquisa é o de que uma forma crítica de compreensão das percepções dos indivíduos de resolução de conflito em sociedades pós-conflito é estabelecer a relação entre estas percepções com o processo de construção celebrado nesta sociedade. Mais concretamente procura-se defender que as percepções dos indivíduos sobre resolução de conflito numa sociedade, principalmente quando o conflito é caracterizado por uma retomada da violência, como é o caso do conflito no período aqui em estudo, está, pela experiência dos próprios indivíduos, directamente ligada ao tipo de Paz celebrado nesta sociedade.

### 1.3. PERCEPÇÃO DO SENSO COMUM DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO — O ANTECEDENTE DO PROBLEMA

A par das abordagens sobre processos de resolução de conflito desenvolvidas acima, estudos mostram que a maneira como o senso comum encara ou, melhor, reage quando se está perante um certo conflito político difere substancialmente. Por exemplo, num inquérito feito aos cidadãos europeus sobre o conflito político no Médio Oriente mostrou que uma boa parte daqueles cidadãos (53%) apontam para a culpabilidade de uma das partes como sendo o obstáculo a paz e não se interessam pelos meios pelos quais se pode chegar a mesma (Abdullah and Chehata, 2011)! Assim, a solução do conflito é mais a identificação de um culpado do conflito e aplicação das respectivas sanções do que, por exemplo, o apelo ao diálogo entre as partes. Porém, a identificação de um culpado do conflito, quanto a mim, é apelada não porque as partes não pretendem negociar mas porque as acções que levam a cabo necessitam de uma intervenção da comunidade internacional como a União Europeia e os EUA pois, segundo os resultados do inquérito, se dum lado nota-se a opressão de Israel aos palestinos (como 12% dos

cidadãos europeus acreditam) de outro vê-se o terror palestino atacando Israel (10%). Portanto, para uma boa parte dos indivíduos europeus, mas do que se aconselhar o diálogo entre as partes em conflito, é necessário que se encontre os culpados do mesmo (idem).

Por outro lado, mesmo os próprios palestinos e israelitas também diferem-se ou diferiam-se uns dos outros apesar de hoje em dia uma boa parte deles preferirem uma negociação que se chega-se a uma solução consensual de dois estados e dois povos ou seja, “*Two-state for Two-people*” (Patir, 2011, p. 3). Todavia, pelo menos até 2010 as coisas nem sempre foram assim. Apesar de 71% dos israelitas apelar, até aquele ano, a negociação com as autoridades palestinas como a maneira pela qual se pode chegar a paz, apenas 30% viam esta medida como sendo viável para uma paz num futuro breve. Por exemplo, uma maioria dos “*Israel’s Jewish*” (israelitas que defendem o judaísmo) acreditava que se os palestinos tiverem oportunidade poderiam eliminara Ssrael necessitando assim, por parte dos israelitas, de uma intervenção militar. Aqui a de-escalção pela força (*de-escalation by force*) ou uma Paz dos vitoriosos (*Peace of the Victors*) parece ser vista com bons olhos em relação a uma Paz celebrada com base numa negociação entre as partes.

A mesma relação feita sobre o caso de Palestina e Israel em relação as percepções de resolução de conflito pode-se fazer em relação a crise política na Ucrânia. Esta crise política suscita diferentes opiniões sobre o meio pelo qual se pode chegar a Paz. Se de um lado portanto, entre os russos, aponta-se o diálogo como a via viável de resolução de conflito — ora porque muitas instituições acostumaram-se a usar esta via ora porque é “a via mais pragmática” — de outro, entre os ucranianos, principalmente os membros do Governo, vêem a via militar (a “*de-escalation by force*”) como o meio viável para se chegar a Paz (e a independência) daquela região. Eles acreditam que optar por esta via seria melhor “do que o que a Ucrânia poderia encontrar na mesa de negociação” (Martirosyan, 2014).

O que acabei de apresentar são diferentes estudos sobre as percepções dos indivíduos de resolução de conflito. Estes estudos mostram, como me parece ser natural, uma variedade de posições que os indivíduos tomam em relação ao processo de resolução de conflito. Assim, se uns apontam as negociações, outros apontam o uso da violência ou uma *de-escalation by force* (Elwert et al, 1999) como a solução para o

conflito. Porém, outros ainda apenas preocupam-se com a necessidade de se encontrar os culpados do conflito e sugerem as suas respectivas sanções, tal como alguns cidadãos europeus (50%) apelam, como uma forma de penalização, a não mudança da leis para os acusados de crime de guerra que pretendam visitar o continente Europeu (Abdullah and Chehata, 2011).

Portanto, o que dizer do caso moçambicano? Como é que os indivíduos em Moçambique reagem em relação a um certo conflito político? Estas questões constituem o antecedente do problema que me dediquei a pesquisar neste trabalho. Assim, não havendo em Moçambique estudos que pudessem responder aquelas questões em relação ao conflito vivido de 2013 a 2014, perguntei-me sobre qual seria a percepção pública de resolução de conflito em Moçambique. Assim, formulei e coloquei o problema de pesquisa da seguinte forma: *qual é a percepção de resolução de conflito em Moçambique?*

#### 1.3.1. Hipótese

Na tentativa de dar uma resposta prévia ao problema formulado levantei uma hipótese fazendo o uso da relação existente entre duas variáveis consideradas na pesquisa (*experiência histórica* e *meios de resolução de conflito*): numa situação de conflito, os indivíduos, pela experiência histórica por eles vivenciado, como é o caso da Guerra dos Dezasseis anos e o da Assinatura dos Acordos de Paz, apelam para o diálogo entre as partes envolvidas como meio de resolução de conflito<sup>4</sup>.

#### 1.3.2. Variáveis

Tendo em consideração ao problema de pesquisa, achei pertinente e necessário trabalhar com duas variáveis são elas, *experiência histórica* dos indivíduos de um lado e, de outro, o *meios resolução de conflito* proposto por eles. A primeira variável é a

---

<sup>4</sup>Para uma colocação da hipótese desta forma confere-se a obra de Carlos Gil (1994) com o título “*Métodos e técnicas de pesquisa social*” na sua 4ª edição sobre “hipóteses assimétricas” portanto, hipóteses que não fazem uma relação causal das variáveis mas sim uma relação entre uma disposição e resposta. Assim, a experiência histórica dos indivíduos é a disposição e o meio de resolução de conflito é a resposta.

independente ou seja, é ela que influencia a forma como os indivíduos reagem ao conflito e, por isso, a segunda é dependente.

#### 1.4.JUSTIFICATIVA

O tema do presente trabalho está directamente ligado a situação política vivida em Moçambique de 2013 a 2014 que foi caracterizada por um conflito envolvendo o Governo liderado pela FRELIMO e a RENAMO, o maior partido de oposição liderado por Afonso Dhlakama. Um conflito que teve o seu ponto alto de escalada da violência em 2013 aquando dos ataques sucessivos por parte da RENAMO e que se alastrou até o ano 2014 culminando, assim, com a assinatura daquilo que se passou a chamar por “Acordo de cessação das funções e hostilidades militares” entre o Presidente da República, Armando Emílio Guebuza, e o presidente do partido RENAMO, Afonso Macacho Maceta Dhlakama. O trabalho, no fundo, lida com um aspecto curioso que ocorrem geralmente em sociedades, como a nossa, onde se procura manter a ordem pós-conflito depois de longos tempos de instabilidade: o uso da violência como “moeda” de negociação política ou, mais especificamente, como mecanismo de persuasão para a satisfação das exigências de uma das partes envolvidas no conflito — neste caso, as exigências por parte do Partido RENAMO ao Governo.

Portanto, o trabalho tem o seguinte tema: “*Percepções públicas de Resolução de Conflito em Moçambique*”. A escolha do tema teve duas razões: de um lado é a necessidade de se estudar as percepções dos indivíduos de modo a compreendê-las e, de um modo geral, compreender as reações dos mesmos em relação ao conflito que vivenciam pois são estes indivíduos que são os consumidores de vários discursos políticos proferidos e de várias acções ocorridas no campo político através dos meios de comunicações fazendo do conflito um assunto no espaço público moçambicano. E aqui Carlos Gil parece ter razão: “*quando um assunto é amplamente debatido, sobretudo pelos meios de comunicação, passa a ser objecto de interesse dos cientistas sociais*” (1987, p. 56). Assim, a importância do estudo do conflito no geral e das percepções de resolução de conflito em particular é pelo facto deste assunto ser muito debatido e pouco estudado em Moçambique.

Por outro lado, a escolha do tema teve razões pretensamente académicas. Ou seja, o trabalho pretende ser mais um contributo para o debate no espaço público moçambicano. A abundância de análises caracterizadas mais por opiniões e menos por estudos empíricos desfilam e desfilaram nos meios de comunicações (e não só) influenciando significativamente a opinião pública moçambicana. Daí a necessidade, vista por mim, de se trazer um estudo pretensamente empírico como uma forma de fazer com que as nossas opiniões no espaço (e no debate) público estejam acompanhadas por dados empiricamente constatados e não por simples intuições que, como se pode notar, serviram simplesmente como a minha hipótese de pesquisa.

É aqui onde se encontra a relevância académica (e sociológica também) do tema. A sociologia é uma disciplina sustentada por constantes questionamentos e que trabalha, dentre outros aspectos, com as percepções dos indivíduos. Ela é sustenta por questionamentos em relação ao que nos aparece como óbvio. Questionamentos em relação ao que nos aparece como vulgar. Ao que se toma como verdade só porque “todo o mundo assim o diz”. A sociologia trabalha com as percepções que os indivíduos têm e que através delas reproduzem o social. A necessidade de se estudar as *Percepções Públicas de resolução de conflito* vem cobrir uma ideia aparentemente óbvia — porque fruto das reportagens através dos meios de comunicação — de que os cidadãos apelam sempre o diálogo entre os beligerantes como forma de resolução de conflitos sem, por outro lado, se trazer o fundamento da mesma. Esta ideia carece de comprovação empírica. Razão pela qual me impulsionou a “ver de perto”. Razão pela qual que a tomei como simples hipótese.

## 1.5. OBJECTIVOS

Quatro objectivos me levaram a procurar estudar as percepções dos indivíduos de resolução de conflito em Moçambique sendo geral e três específicos.

### 1.5.1. Geral

Compreender as percepções sobre os meios de resolução de conflito em Moçambique;

#### 1.5.2. Específicos

- Analisar as percepções sobre os meios de resolução de conflito em Moçambique;
- Descrever sucintamente o conflito tendo em conta o processo de escalação do mesmo;
- Identificar nas percepções de resolução de conflito elementos que nos permite relacionar com o tipo de paz celebrado em Moçambique<sup>5</sup>;

---

<sup>5</sup> Os dois primeiros objectivos vão ser desenvolvidos, cada um, numa secção específica porém, no que diz respeito a este último, vai se encontrar subordinado ao primeiro objectivo. Ou seja, no processo da análise das percepções estará subentendido este último objectivo.

## **Capítulo 2. CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS DA PESQUISA: DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS**

Neste capítulo do trabalho procurarei definir os conceitos usados, apresentarei as suas dimensões e de seguida construirei o modelo de análise que adoptei no trabalho. Assim, no que diz respeito aos conceitos farei o uso de dois conceitos são eles, *Conflito* e *Resolução de Conflito*. O primeiro indica a situação que os indivíduos se encontram e o segundo indica a reação dos mesmos desta situação. É esta a lógica da escolha dos conceitos. De seguida procurarei desenvolver de forma mais sucinta possível apontando inclusive as dimensões dos conceitos que são consideradas no trabalho.

### **2.1.CONFLITO**

Tendo em consideração a perspectiva teórica adoptada neste trabalho define o conceito *conflito* a maneira como foi definida por Georg Elwert ou seja, o conflito é aqui visto como uma “*acção baseada na percepção de uma incompatibilidade parcial de interesses ou intenções entre duas ou mais pessoas*” (Elwert, 2001). Definição simples e, para mim, possível de tornar operacional o conceito neste trabalho.

Esta definição para além de estar relacionada com a perspectiva teórica adoptada neste trabalho, ela me parece mais operacional do que, por exemplo, as definições apresentadas por Johan Galtun e Bernard Mayer pois, se de um lado o autor faz menção do conflito como uma acção baseada na mera percepção de algo, neste caso a incompatibilidade parcial de interesses ou intenções, de outro lado, quanto a mim, ele faz uma síntese de todos elementos apresentado por aqueles numa curta e compreensível definição.

### **2.2.RESOLUÇÃO DE CONFLITO**

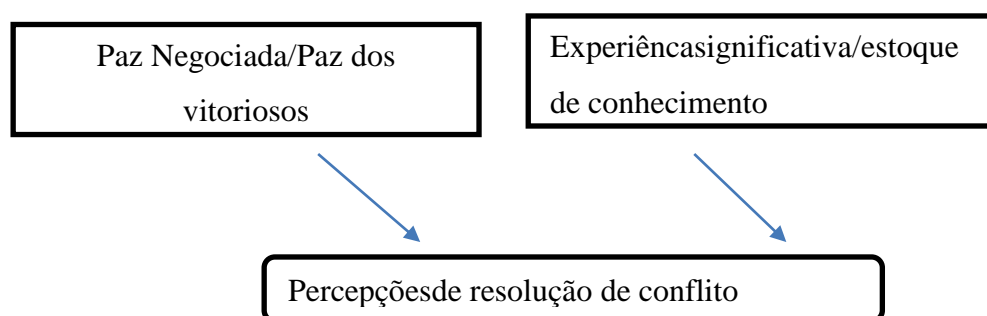
Não há, quanto a mim, nada mais complexo na noção de *Resolução de Conflito* do que encontrar uma definição capaz de se tornar operacional num trabalho que pretende captar as reações do senso comum. Este termo, “*Resolução de Conflito*”, surge



na “arena” académica para designar um novo campo de estudo como uma forma de diagnóstico para se ultrapassar uma situação de conflito (Wolf and Yakinthou, 2011 e Bamidele, 2012). Portanto, trata-se dum termo que leva consigo um grande sentido normativo no que diz respeito ao contexto do seu surgimento. Entretanto, uso este termo da mesma maneira como ele é comum e familiar na média e no público no geral porém adaptando-o de modo a dar conta da perspectiva teórica-analítica adoptada neste trabalho. Ou seja, concebo Resolução de conflito como uma *situação que ocorre quando as partes envolvidas revêem correctamente as suas posições e mostram uma vontade de discuti-las ou quando as partes aumentam as suas forças de guerrilha de modo a vencer o conflito*.

### 2.3.O MODELO DE ANÁLISE

Para o efeito do trabalho usei um modelo de análise praticamente simples. Como já fiz menção os conceitos serão usados somente nas suas dimensões “político-militares”. A perspectiva teórica adoptada será usada para interpretar as percepções dos indivíduos, estas por sua vez podem ser explicadas sob ponto de vista das experiências dos actores e do *stock* de conhecimento dos mesmos. Acredito que tanto a experiência dos actores e, por isso, o estoque do conhecimento que eles adquiriram durante as suas experiências encontram o seu fundamento no tipo de paz celebrado em Moçambique. O modelo de análise far-se-á do jeito como mostra a figura seguinte.



**Fig. 1: O Modelo de análise**

A figura mostra o procedimento da análise que levarei a cabo neste trabalho. Como se pode ver as percepções são também analisadas com base na experiência e no estoque de conhecimento dos indivíduos. É, defendo, com base nas experiências e no estoque de conhecimento que adquirem nas suas “vivências” que os indivíduos reagem aos acontecimentos que eles mesmos vivenciam ou, para ser mais concreto, os indivíduos, pela experiência individual que tem, opinam sobre a forma como um certo conflito possa ter o seu termo. Entretanto, estas experiências, por sua vez, encontram o seu fundamento no tipo de paz celebrado na sociedade.

### Capítulo 3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Metodologicamente o trabalho terá, assim implicitamente, duas fases mescladas: uma empírica e a outra analítica. Na primeira procurar-se-á captar, empiricamente, com métodos e técnicas ao dispor, as percepções dos indivíduos de resolução do conflito e na segunda fase procurar-se-á analisar estas percepções a partir da perspectiva teórica e analítica que adoptei para o efeito. Nesta fase do trabalho, e logo a seguir, procuro trazer de uma forma sucinta os métodos e as técnicas que serão usados de modo a trabalhar com os dados e possibilitar, numa segunda fase, a respectiva análise<sup>6</sup>.

#### 3.1. MÉTODOS E TÉCNICAS DE RECOLHA E DE TRATAMENTO DOS DADOS

A pesquisa é inteira e essencialmente qualitativa. Uma das razões que me levou a fazer um tratamento qualitativo dos dados é pelo facto da análise qualitativa permitir uma compreensão dos sentidos que os indivíduos dão as suas práticas quotidianas e os acontecimentos com as quais eles se confrontam diariamente a partir de dados qualitativamente determinados<sup>7</sup>. Penso que esta característica é ajustável ao tipo de abordagem que me guio neste trabalho na medida em que me proponho trabalhar com o sentido de discurso proferido pelos indivíduos. Portanto, é por esta razão que especificamente faço o uso de *Análise do Discurso* (AD) como o método fundamental para o tratamento dos dados. Este método, como de seguida poderei desenvolver, é inteiramente qualitativo e o mesmo visa compreender os sentidos contidos num dado discurso. Aliás, a *Análise do Discurso* (AD) parte do princípio de que para que haja sentido é necessário que haja interpretação ou seja, ao procurarmos o sentido de um dado discurso atribuímos um sentido a partir da interpretação. Assim, pretendo neste trabalho interpretar diferentes discursos sobre o conflito mais concretamente sobre a resolução de conflito dando, deste modo, um sentido a tais discursos.

Portanto, como fiz menção acima o método adoptado neste trabalho é o de *Análise do Discurso* (AD). A razão da escolha deste método é o facto de nele se fazer

---

<sup>6</sup> Mas de certeza poderão notar que a fase que aqui menciono aparecerá nitidamente mescladas e não separadas.

<sup>7</sup> A este respeito veja, por exemplo, os livros de metodologia como *Manual de Investigação em Ciências de QUIVY*, Raymond e *CAMPENHOUDT*, Luc Van.

somente interpretações qualitativas dos fenómenos e não quantitativas (Caregnato e Mutti, 2006). Ora, como já me referi, este trabalho é inteiramente qualitativo portanto, me parece ser coerente ter um método de tratamento de dados igualmente qualitativo e até ajustado pelo tipo de abordagem do trabalho e, de certa forma, com os objectivos da pesquisa. Por outro lado, a AD trabalha com o sentido do discurso e não pelo conteúdo; busca efeitos de sentido relacionados ao discurso e visa compreender os sentidos que o sujeito manifesta através do seu discurso (idem). Ora, como se pode ver, é o sentido dos discursos que se encontra em causa na AD. É também por isso que o método se apresenta relevante para o trabalho uma vez que neste procuro, através da busca de sentido dos discursos dos indivíduos, analisar as percepções que estes têm em relação ao meio de resolução de conflito que eles mesmos vivenciam. É a interpretação dos discursos dos indivíduos que pretendo fazer neste trabalho entretanto, como disseram Caregnato e Mutti, não há sentido sem interpretação sendo assim, ao interpretá-los estarei a dar sentido os discursos e, claro, abrindo espaço para mais interpretações.

Segundo as autoras em referência o processo de análise discursiva tem a pretensão de fazer questões aos sentidos estabelecidos em diversas formas de produção ou seja, procura captar os sentidos dos discursos que podem ser verbais e não-verbais, desde que a materialidade ou seja, a linguagem produza sentidos que possibilite a interpretação. Para o caso concreto do presente trabalho, trata-se de discursos verbais, transcritos, que procurarei, neles, elementos linguísticos que possibilitem a interpretação.

Entretanto, segundo as autoras há cerca de 57 variedades da AD que actualmente existem e isso ocorre, segundo elas, pelo facto de em cada lugar, em cada sociedade ter o seu próprio discurso (idem). Todavia, apesar desta diversidade, o que há de comum entre elas é o facto de, de um lado partilharem de uma rejeição da noção realísticas de que a linguagem não constituiria um elemento passível de descrever o mundo e, por outro, também pelo facto de todas serem guiadas por uma convicção da importância crucial dos discursos na construção da vida social (idem). A linguagem nos discursos revela muito do que se pensa e se diz e isso nos possibilita trabalhar sem necessidade de ter muitos dados. O que está em causa na AD, para fins interpretativos, não é a necessidade de uma variedade de dados mas sim nos elementos que cada discurso apresenta desde que possibilitem a interpretação. E isso vai justificar o uso de um mesmo discurso em diferentes momentos da análise das percepções.

Para o contexto do trabalho, recorri ao que os autores denominaram por escola francesa de Análise de Discurso (AD). Entretanto, sem me ver na necessidade de trazer este debate aqui, focalizei-me somente no inter-relacionamento entre a língua, a história e a ideologia (idem). Ou seja, adoptei uma linha que busca no discurso a articulação dolinguístico com o social e histórico (idem). Concretamente, na busca do sentido dos discursos, tentarei relacionar o que os indivíduos dizem com a história de construção da Paz em Moçambique e a “ideologia” ou seja “o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação” (idem). A história da construção da paz em Moçambique, defendo, não passa do que um contexto sócio histórico em que este posicionamento do indivíduo se encontra. Assim, o que os indivíduos dizem servirá como “a materialidade do texto gerando ‘pistas’ do sentido que o sujeito pretende dar” (idem).

Entretanto, segundo as autoras, na AD existem aquilo que designaram por *corpus de arquivo* e *corpus empírico*. Se na primeira trabalha-se com material já existente como cartas, documentos ou legislação na segunda, em contrapartida, trabalha-se com material construído especialmente para a pesquisa como, por exemplo, através de entrevistas. Trabalhei aqui simples e especificamente com o *corpus empírico* isto é, com material que construí simplesmente para a pesquisa que levo a cabo por meio colecta de opiniões de vários indivíduos com um guião previamente construído. Para este efeito, recorri ao uso de material audiovisual como noticiários, debates e entrevistas levados a cabo pelos meios de comunicação social contendo opiniões de diferentes actores sociais em relação ao conflito que vivenciam. Estas opiniões foram por mim atentamente escutadas e transcritas fazendo o uso de um modelo simples de transcrição inspirado e adaptado dum modelo usado no trabalho feito pelo sociólogo moçambicano Obede Baloi (2011)<sup>8</sup>.

Assim, dentre mais de cinquenta materiais que continham informações sobre o conflito, selecionei dez com informações para o interesse do trabalho. O critério de selecção foi o seguinte: dos materiais que continham informações gerais sobre o conflito como, por exemplo, conferência de imprensa, reportagens de jornalistas sobre a situação

---

<sup>8</sup> Trata-se dum artigo intitulado “Entre a espada e a parede: o círculo vicioso da violência como um Dilema de um Estado Pós-guerra” in *Mosaico Sociológico*, Departamento e Sociologia, UEM, 2011.

política no país ou mesmo relatórios da polícia sobre os ataques ocorridos foram tomados simplesmente como informações gerais sobre o conflito entretanto, os materiais que apresentavam opiniões dos indivíduos em relação ao conflito são os que receberam maior atenção da minha parte. São estas opiniões encontradas em onze peças que foram por me atentamente ouvidas e transcritas portanto, analisadas.

Identificação das informações <sup>9</sup>	Tempo
Ph1	1": 50'
Pm2	3": 11'
Ph3	2": 20'
Ph4	3": 18'
Ph5	1": 7'
Pm6	7'
Ph7	14'
Ph8	38'
Ph9	45'
Ph10	17'
Ph11	32'
Ph12	16'
Ph13	53'
Ph14	43'
Total	16": 20'

Tabela 2: Tempo dos discursos

Como se pode ver, o total do tempo de toda a informação é de dezasseis minutos e vinte segundos. Entretanto, o mais importante do que o tempo é a riqueza de informações que os discursos possam apresentar. Por exemplo, o discurso que durou apenas sete segundos (Pm6) foi pronunciado de tal maneira (breve) que continham nele

---

<sup>9</sup> Identifiquei os depoentes através de uma combinação de letras e números. Nesta combinação a letra maiúscula P significa "Percepção" que é seguida por outras letras porém, minúsculas h e m. Estas servem para identificar, respectivamente, homens e mulheres. Os números servem simplesmente como identificação numérica dos depoimentos na transcrição

vários elementos por considerar na análise. Se confira: *“pai e pai devem se sentar e se entenderem... quando se entenderem pai e pai a mulher em casa fica bem”*. Este discurso, assim proferido e apesar de ser curto, contem, no meu ver, elementos essenciais para interpretá-lo.

Portanto, tentando ser fiel ao curso “natural” do discurso dos indivíduos, na transcrição, o sinal “:” indica um prolongamento do seu pronunciamento e a sua repetição indica a extensão do tal prolongamento. O sinal “@” indica risos emitidos pelo cidadão e o “\*” indica que a expressão ou a palavra foi emitida em voz baixa. No entanto, o sinal “ () ” indica a paragem no discurso e os pontos que se encontram nele significam a extensão da paragem e as palavras que se encontram em negrito indicam que houve um aumento da voz. Acredito que este modelo de e para transcrição possibilita uma inferência com mais substância e, de certa forma, faz da análise do discurso mais rigorosa na medida em que me dá a possibilidade de tratar os discursos enquanto tais, isto é tendo em conta o seu curso oral e normal.

Porém, a par do material audiovisual para responder as exigências dos meus objectivos, optei por usar também informações de imprensa como material complementar. Aqui procuro tentar responder o segundo objectivo da pesquisa que consiste em descrever o conflito tendo em conta as suas etapas de escalção.

### 3.1. MÉTODO DE ABORDAGEM E DE PROCEDIMENTO

Para o efeito da pesquisa também usei, de um lado, o método indutivo como método de abordagem pois ele me permitirá sair das constatações particulares feitas sobre os fenómenos que serão observados até as leis gerais neste caso, as teorias (Gil, 2002) permitindo-me assim uma generalização por meio da verificação da hipótese. Para Gil, no raciocínio indutivo a generalização deriva da observação de casos da realidade concreta necessitando assim de informações sobre os factos observados. Em contrapartida, o exercício do método indutivo requer do pesquisador acções como observação dos fenómenos, elaboração de classificação a partir da descoberta de relação entre os fenómenos observados, construção das hipóteses com base das relações observadas, verificação das hipóteses por meios de experimentação e de testes, construção de generalizações a partir dos resultados experimentados e testados e

confirmação das hipóteses para se estabelecer as leis gerais sobre os fenómenos investigados (Dinis e Da Silva, 2008).

Por outro lado, o método fenomenológico é usado como um método de procedimento. O método fenomenológico é essencialmente usado em pesquisa qualitativa como a que levo a cabo neste trabalho e preocupa-se simplesmente com a descrição directa da experiência (Gil, 1994) ora, o que aqui me interessa é de num primeiro momento descrever e, num segundo, explicar. O método fenomenológico parte da ideia segunda a qual a realidade é construída socialmente e entendida da forma que é interpretada não sendo unicamente identificável, razão pela qual existem tantas quantas forem as suas interpretações (idem). Segundo Gil, o método fenomenológico “*Consiste em mostrar o que é dado e em esclarecer esse dado. Não explica mediante leis nem deduz a partir de princípios, mas considera imediatamente o que está presente à consciência, o objecto. Consequentemente tem uma tendência orientada totalmente para o objectivo*” (idem).

Para o caso deste trabalho apesar de pretender num último momento a generalizaçãodos fenómenos observados por meio de teorias penso que a fenomenologia torna-se mesmo assim relevante na medida em que será considerada como simples procedimento de consideração dos dados. Para mim, tendo em conta o meu objectivo neste trabalho, este método de Edmund Husserl encontra ajustamento desejado uma vez que não procuro descobertas e nem causas mas sim esclarecer o que poder constatar na interpretação empírica ou na verificação da hipótese.

### 3.2. LIMITAÇÕES DA PESQUISA E AS TENTATIVAS DE SUPERAÇÃO

Acredito que qualquer pesquisa, por mais profissional que seja o pesquisador, está susceptível a limitações e constrangimentos durante o seu processo. E isso requer do pesquisador a humildade de apontar as limitações e as tentativas de superação, bem-sucedidas ou não, de modo a abrir um espaço reservado para críticas e sugestões. Nesta fase do trabalho pretendi assim o fazer.



Como fiz menção mais acima procurei trabalhar com materiais audiovisuais e complementei com recortes de jornais. Eis onde se encontrou a principal limitação. A dificuldade de encontrar materiais como, dentre outros, noticiários impossibilitou-me estar na posse de um número considerável de informação necessária para o trabalho. O pedido as televisões de modo a me conceder o material foi, senão impossível, pelo menos a maior parte das peças concedidas eram irrelevantes para os objectivos da pesquisa<sup>10</sup>. Assim se explica a recorrência a internet em busca de informação.

Por outro lado, algumas das peças, excepto os debates, estão em inglês pois foram possíveis tê-las a partir das reportagens feitas, dentre outros, pelos canais internacionais de televisão como, por exemplo, *Aljazeera*. Deste modo, os entraves consistiam na maneira como transcrever as opiniões: o que fazer? Transcrever a tradução a inglês, procurar negligenciar a tradução e procurar transcrever a partir do que o indivíduo diz ou descartar o material? Assim, devido a raridade das informações, a última alternativa, descartar o material, foi descartada. De modo a superar esta limitação o que fiz foi transcrever a tradução mas prestando atenção nas palavras de quem “discursante” principal e tentar fazer uma mescla possível entre a tradução e as palavras daquele. Procedendo desta maneira acredito que reduzi a possibilidade de trabalhar com informações totalmente traduzidas.

---

<sup>10</sup> Mas também é preciso aceitar, talvez, a possibilidade de uma falta de clareza da minha parte ao efectuar o pedido pois poderia dar-se o caso de eu não ter deixado bem claro o conteúdo das peças que me interessavam.

#### **Capítulo 4. O PROCESSO DE ESCALAÇÃO DO CONFLITO DE 2013 A 2014**

O meu trabalho aqui tem como “pano de fundo” o conflito envolvendo o Governo e a RENAMO mas mais concretamente, há que frisar, a análise das percepções pública de resolução deste conflito! Isso faz com que seja necessária uma descrição do conflito em estudo exactamente o período de tempo aqui delimitado. Nesta fase do trabalho procurarei assim fazer ou seja, proponho-me em fazer uma descrição do processo de escalção do conflito entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO o maior partido de oposição. Descreverei, de forma tão resumida quanto possível, o período que vai desde o começo dos ataques (2013) até a assinatura daquilo que se veio a chamar por “Acordo de cessação das hostilidades e funções militares”. De salientar que as informações aqui apresentadas foram possíveis atravez do jornal *A Verdade* na sua edição de 25 de Outubro de 2013.

Assim, as “hostilidades políticas” entre a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), o maior partido de oposição, e o Governo liderado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) na verdade, já vinham muito antes da realização dos ataques ou, para dizer de uma outra forma, antes da demonstração de forças (armadas) tanto por parte da RENAMO como por parte do Governo nos dias 3 e 4 de Abril de 2013! Por exemplo, já nos finais do ano 2012, em Outubro, o presidente Afonso Dhlakama, o líder da RENAMO, saiu da sua residência em Nampula (na RUA SEM MEDO) e mudou-se para Santundjira, a sua antiga base militar, com a justificação de estar a ser pressionado pelos seus homens e como uma forma de pressionar ao governo de modo a que este aceite as exigências do seu partido em torno do Acordo Geral de Paz (AGP). Este acontecimento levou a realização de três rondas negociais sendo a primeira no dia 3, outra no dia 10 e, finalmente, a terceira no dia 17 de Dezembro. Todas elas sem consenso!

Mas, já no período aqui em estudo, no dia 3 de Abril houve uma concentração dos ex-guerrilheiros da RENAMO na sua sede no posto administrativo de Muxúnguè, no distrito de Chibabava, província central de Sofala que alegavam estar a espera do seu Secretario Geral que viria para ministrar um seminário aos membros do partido. Nessa concentração fez-se demonstrações (“manobras” como se dizia) militar facto que levou a polícia a presumir que se tratava de manifestações que intimidavam a população

circunvizinha pondo em causa assim, segundo a polícia, a ordem e a tranquilidade pública. Foi nestas circunstâncias que as autoridades policiais entraram em acção, dispersando-os, alegadamente para repor a ordem e a segurança no local. Nesta operação policial foram detidos cerca de 15 homens da RENAMO. Este foi o antecedente que levou uma crescente onda de ataques (e contra-ataques?) entre ambas as partes pois levou a retaliação dos membros da RENAMO, no dia 4 do mesmo mês, onde foram mortos quatro polícias e um militante da RENAMO ao “assaltarem” a esquadra onde se encontravam detidos os seus membros com a pretensão de os recuperar.

### 3.1.A TENTATIVA DE SE PÔR FIM O CONFLITO E A SUCESSÃO DOS ATAQUES

Após os acontecimentos ocorridos nos dias 3 e 4 de Abril o Governo foi forçado, penso que pela exigência constante dos cidadãos, a apostar nas negociações com a RENAMO. Assim, foram criadas delegações em ambas as partes e se marcou, primeiramente, a primeira ronda negocial para o dia 29 de Abril porém, pela agenda dos “negociadores”, principalmente por parte do Governo, na pessoa de José Pacheco, foi adiada para 1 de Maio a realização da quarta ronda negocial (extra-ordinária) no Centro de Conferencia Joaquim Chissano mas, tal como as outras rondas, então ordinárias, que tiveram lugar no ano anterior, nos dias 3, 10 e 17 de Dezembro de 2012 respectivamente, não se teve nenhum consenso entre as partes envolvidas no “diálogo” — tal como se veio a chamar quando retomada em Maio.

Foi a partir desta ronda, a quarta, que se assistiu sucessivas e frequentes rondas negociais entre o Governo e a RENAMO. E todas elas sem consenso. Por parte da RENAMO destaca-se mais exigências ora porque quer a existência de mediadores (facto que se verificou na décima primeira ronda negocial com a presença das Organizações da Sociedade Civil e das Confissões religiosas que mesmo assim não ajudou) ora porque quer a presença de mediadores nacionais e observadores internacionais. Assim, depois de tantas rondas sem consensos, a RENAMO pressiona para a realização de um diálogo com a presença de observadores internacionais (a ONU,

a UA, os capacetes vermelhos) e o Governo diz se encontrar disponível para o diálogo incluindo até o Presidente da República, Armando Emílio Guebuza. E no meio desta predisposição para o diálogo frequentemente enfatizada nos meios de comunicação social os ataques continuavam, o receio de uma outra guerra se prosperava nos cidadãos e a insegurança se fazia cada vez mais medonha.

No entanto, não foi por acaso que no meio de tanto inconcesso que caracterizava o diálogo entre os “actores da violência” que serviria como uma tentativa de se pôr fim as ditas “hostilidades” no dia 17 de Junho de 2013 “homens-armados” supostamente da RENAMO assaltaram um paiol na região de Savane, na zona centro do país. O partido RENAMO e o seu líder rejeitaram prontamente o seu envolvimento neste assalto no entanto, embora a rejeição, a repercussão que teve e o medo que suscitou nos cidadãos elevou a tensão política vivida no país. O jornal “A verdade”, na sua edição de 25 de Outubro do mesmo ano, logo denunciava isso: *“Homens armados alegadamente da RENAMO matam seis militares num ataque contra um paiol na região de Savane, no centro do país. A incursão reacende a ameaça de uma confrontação mais grave entre as Forças de Defesa e Segurança e os antigos combatentes da RENAMO”* (p. 17).

Por outro lado, os ataques continuavam e tiveram lugar durante todo o ano de 2013 e praticamente todo o primeiro semestre de 2014 mas, enquanto ocorriam, realizavam-se, de mãos dadas com os ataques, diálogos entre as partes envolvidas ou seja, entre a RENAMO e o Governo da FRELIMO. No segundo semestre do ano 2014 as coisas foram se acalmando e o número dos ataques foi reduzindo e, por outro lado, a possibilidade do diálogo entre as partes foi ficando cada vez mais próximo de ser realizado. E deu-se o facto. Realizou-se dois encontros importantes: um habitual, entre as delegações da RENAMO e do Governo, no Centro de Conferência Joaquim Chissano, no dia 28 de Agosto e um outro não habitual, mas o mais esperado e desejado pela sociedade no geral — o encontro entre o chefe do Estado da República de Moçambique Armando Emílio Guebuza e o presidente (a RENAMO passou a negar a designação “líder”) do maior partido de oposição em Moçambique, Afonso Maceta Macacho Dhlakama. Seria assim, pelo menos até aí, o fim do conflito!

### 3.2.A ASSINATURA DOS ACORDOS E O FIM DAS “HOSTILIDADES POLÍTICO-MILITARES”

Como já fiz menção mais acima, o segundo semestre de 2014 foi caracterizado por uma ligeira calma e por uma tendência, possível de se notar, para realização do encontro entre as partes envolvidas no conflito de modo a se pôr termo um conflito que levou cerca de dois anos. E o facto ocorreu em dois momentos: primeiro entre as delegações de cada parte, da RENAMO e do Governo e depois entre o Presidente da República Armando Emílio Guebuza e o presidente da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), Afonso Dhlakama.

Contudo, um facto a notar é que foi justamente perante as eleições gerais de 2014 que as partes, com uma velocidade nunca antes sentida pelos cidadãos, começaram a se entender depois de mais de setenta rondas negociais que não tiveram algum consenso<sup>11</sup>. Em contrapartida, foi somente a porta das eleições gerais que os consensos começaram a se prefigurar e finalmente foram surgindo. A assinatura do acordo entre as duas delegações deu-se logo no dia 24 de Agosto e no dia 5 de Setembro Armando Emílio Guebuza, o presidente da República e o presidente do partido RENAMO assinaram finalmente aquilo que se veio a chamar “Acordo de cessão das funções e hostilidades política e militares”. No entanto, o valor desta assinatura pode ser notado nas designações mediáticas do mesmo, “Acordo de cessar-fogo” ou nas designações por parte da sociedade civil: “Acordo Geral de Paz 2 (AGP2)”. Era o fim do conflito e da continuação do diálogo entre as duas delegações para os acertos dos pontos ora acordados<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Faço esforço de modo a não emitir a minha opinião pessoal neste trabalho porém, penso que este facto poderia ser facilmente verificável e, a meu ver, levanta uma desconfiança saudável para uma reflexão oportuna.

<sup>12</sup> Mas após a assinatura destes acordos e a realização das eleições gerais que deu a vitória ao Partido Frelimo e ao seu candidato retomaram-se os ataques e a instabilidade. Entretanto, para ser fiel a delimitação do trabalho estes acontecimentos não são, aqui, relevantes.

## **Capítulo 5. “DECIDAM E NOS DÊEM A PAZ”: UMA APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA**

Como deixei a conhecer mais acima, lá na construção da problemática, nesta pesquisa procuro fundamentalmente defender que uma forma crítica de compreensão das percepções dos indivíduos de resolução de conflito em sociedades pós-conflito é relacionar estas percepções com o tipo de Paz celebrado nesta sociedade. Quero crer que com isso também é possível perceber que o meu objecto de estudo são estas percepções e, por outro lado, um dos meus objectivos, como deixei claro mais acima é de desenvolver uma análise das mesmas através de uma relação entre a metodologia adoptada, o ângulo teórico adoptado para tratar o problema portanto, a problemática (Serra, 2012) e a teoria que adoptei para fundamentar a análise.

Num primeiro momento procurarei fazer uma categorização geral da opinião pública sobre o conflito aqui em estudo entretanto, num segundo momento, far-se-á uma análise desta opinião tendo em conta a delimitação do tema que me propus a estudar.

### **5.1. CATEGORIZAÇÃO GERAL DA OPINIÃO PÚBLICA MOÇAMBICANA EM RELAÇÃO AO CONFLITO**

As opiniões públicas sobre o conflito aqui em estudo existe em demasia e foram por mim adquiridas, como já me referi, através de debates, noticiários, reportagens e entrevistas levadas a cabo pelos meios de comunicações sociais. Essa imensidade de opiniões faz com que seja imprescindível fazer-se uma categorização das mesmas. Assim, a opinião pública sobre o conflito pode ser categorizada de três maneiras possíveis: o repúdio e condenação do conflito; o foco nas consequências do conflito e meio de resolução de conflito. É assim que de seguida me proponho em desenvolver cada uma delas.

### 5.1.1 O repúdio e condenação do conflito

Quando se procura colher opiniões sobre o conflito entre o Governo e a RENAMO é possível se constatar, se calhar antes de mais nada, o repúdio do conflito. Entretanto, apesar dos ataques constantes este repúdio e condenação é manifestado, por razões diferentes, tanto pelos “actores da violência” como pelos membros da Sociedade Civil apontando-se como fundamento, dentre outros aspectos, a recordação de uma guerra passada (guerra dos dezasseis anos) e o receio de se voltar a ela, os problemas económico-financeiros que o conflito pode ou está a criar (redução de investimentos e a diminuição do rendimento turístico) ou mesmo a limitação do movimento livre dos indivíduos atravezda paralisação dos transportes públicos inter-provinciais nos terminais dos transportes público como a de Maputo e Nampula. Ou então a dificuldade de acesso a transportepor causa do sistema de “coluna” adoptado pelas forças governamentais com a finalidade de, segundo elas, garantir a segurança dos civis no troço onde se focalizava o confronto.

É assim que três proeminentes escritores moçambicanos, Mia Couto, Ungulane Ba Ka Khossa e Paulina Chiziane, escreveram uma carta pública destinada ao presidente do partido RENAMO de modo que este abandone “discursos de violência” e nela recordam dos estragos que a guerra antes vivida no país causou. É assim também que vários artistas moçambicanos juntaram-se e compuseram uma canção intitulada “Paz” e nela repudiavam o conflito pois, contrariamente dos tempos passados, hoje “as crianças já correm de mãos dadas”. É assim também que o chefe da delegação da RENAMO nas negociações entre este partido e o Governo, Saimone Macuiane, numa entrevista a SABC-NEWS, repudiou o conflito e informa que o seu partido não quer a guerra mas sim a paz e o diálogo entre as partes.

Por outro lado, foi também assim que o então presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, numa entrevista concedida a um canal de televisão, AFPTV, condenou o conflito recordando a reclamação da legitimidade do Estado no uso da violência física por meio das forças estatais. É ainda assim também que, por exemplo, num debate designado “Debate na redacção” organizado pela classe dos jornalistas, no dia 5 de Novembro de 2013, um dos participantes condenava o conflito recorrendo ao facto de em Moçambique não houver espaço para conflito uma vez que se tentou durante dezasseis anos e não deu certo isto é, acabou somente num

Acordo de Paz. Bom, neste último caso, o conflito é condenado por meio de recordação de uma guerra passada e que se ultrapassou por meio de um entendimento entre as partes hoje em conflito.

Como se pode depreender, o que fundamenta a condenação do conflito é, geralmente, as consequências do conflito. Os transportadores condenam o conflito por impedir a circulação dos cidadãos por isso, a falta de passageiros. Os residentes das zonas intermediárias do conflito repudiam e condenam o conflito pois ficam horas e horas e até dias esperando por transportes que por causa do sistema de “coluna” e da escassez de transporte não circulam normalmente. Enfim, uma variedade de justificações que contribuem para a condenação e repúdio do conflito.

#### 5.1.2. O foco nas consequências do conflito

Esta categoria está, sem muita sombra de dúvida, correlacionada com a primeira acima apresentada. Na verdade, muito do que se é dito para repudiar o conflito (e até para propor o meio pelo qual o conflito possa ter um termo) tem como uma forma de antecedente o receio das consequências de um conflito. Entretanto, ela é uma categoria constatável em vários discursos dos indivíduos. Até porque parece ser a categoria mais procurada pelos meios de comunicações sociais tanto nacionais como internacionais. A Televisão Independente de Moçambique, por exemplo, no seu jornal da edição de 24 de Outubro de 2013, reporta o caso de indivíduos albergados em Vanduzi, numa montanha, lamentando sobre o sofrimento que o conflito os submetia. Lamentações que partiam desde o abandono das suas casas a procura de lugares seguros até à falta de alimentação. Por outro lado, a agência Lusa, por sua vez, reporta a fuga de cidadãos do interior para a vila da Gorongosa com a finalidade de se recensearem pois nas suas zonas de origem não ofereciam a menor segurança.

Num outro contexto, os camionistas utentes da EN1 lamentam sobre os perigos que passam ao se meterem na estrada e admitem, apesar disso, que é a “única forma de ganhar pão” como um dos camionistas disse ao canal STV numa reportagem transmitida no dia 5 de Junho de 2014. Ora, na perspectiva de Elwert, Feuchtwang e Neubert (1999), acções sociais levadas a cabo pelos meios de comunicação sociais contribuem de uma forma significativa para a de-escalção do conflito. Talvez



seja porrazões também como estas que se convocou, para o dia 1 de Maio de 2013, a primeira ronda negocial extraordinária entre o Governo e a RENAMO após de um “abandono” ao diálogo nos finais do ano de 2012.

Entretanto, em certas ocasiões as consequências do conflito são tomadas também pelos “actores da violência” com a finalidade ou de repudiar o conflito ou, esse calhar principalmente, de repudiar o comportamento duma ou doutra parte. Foi assim que no dia 10 de Abril de 2013 o presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, convocou uma conferência de imprensa para repudiar a guerra atribuindo a responsabilidade a parte adversária como sendo a parte que não queria a Paz em Moçambique. Entretanto, esta postura foi acompanhada por uma lamentação do líder sobre as “colunas” na Estrada Nacional número um (EN1) e pelo facto de uma senhora ter sido ferida por meio de uma bala perdida no confronto. A exaltação das consequências do conflito serviu (e serve?), poderia defender, como um impulso para as negociações entre as partes.

### 5.1.3. Propostas de resolução de conflito

Por fim uma terceira categoria. Recorrente é também aparecer nos discursos dos indivíduos uma sugestão da maneira pela qual o conflito possa ter um termo. Esta sugestão pode aparecer ora subentendida ora explícita ou seja, pode ser notada por uma audição atenta do discurso ou mesmo sem necessidade de muito esforço para tal. Porém, ela pode ser constada seja nos discursos dos “actores da violência” ou, com mais recorrência, nos discursos dos civis.

É assim que um cidadão, parado horas a espera do autocarro, lamentou o problema do transporte por causa do conflito e sugeriu mais seriedade nas negociações que ocorriam no Centro Internacional Joaquim Chissano<sup>13</sup>. É assim também que um actor da violência, condenando uma intervenção militar como meio de resolução de conflito, propôs que a solução para o termo do conflito seria o diálogo e que “nenhum país podia enveredar pela intervenção militar enquanto se tem entidades legitimadas

---

<sup>13</sup> Aqui trata-se de uma reportagem feita pela Televisão Independente de Moçambique (TIM) que reportava sobre as dificuldades de transporte que os indivíduos residentes nas zonas intermediárias passavam.

para a gestão de conflitos internos”<sup>14</sup>. É assim ainda que, num debate televisivo levado a cabo pela Televisão Independente de Moçambique, no dia 24 de Outubro de 2013, um dos participantes sugeria o voto nas eleições que se avizinhavam como a solução do conflito como uma forma de “retirar o poder a quem acha que tem o poder absoluto”<sup>15</sup>.

Ora, como penso que se pode depreender, há uma correlação entre estas três categorias porém, acredito que é possível analisar as opiniões dos indivíduos com base nelas de uma forma particular. O meu interesse neste trabalho se encontra nesta última categoria, a análise das opiniões sobre a resolução do conflito. É claro que, ao analisá-las poderei, num ou noutro momento, recorrer, pelas razões que mencionei, as outras duas para fundamentar a análise. Acredito que o fundamento das opiniões dos indivíduos sobre a resolução de conflito se encontra incrustado, também, no foco das consequências do conflito ou na condenação do mesmo. No ponto que se segue proponho-me a analisar estas opiniões com base na perspectiva teórica-analítica que adoptei ou seja, me coloco o desafio de analisar as percepções de resolução de conflito a luz da perspectiva de Georg Elwert, Stephan Feuchtwang e Dieter Neubert e a da Fenomenologia de Alfred Schutz.

#### 5.4.A PAZ NEGOCIADA COMO DETERMINANTE DAS PERCEPÇÕES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO

Como fiz menção no ponto anterior, o meu interesse aqui é fundamentalmente de analisar a última das categorias que acima propus ou seja, pretendo analisar as propostas de resolução de conflito apresentado pelos indivíduos. Assim, ao analisar os discursos dei-me em conta que, tal como havia previsto, a Paz celebrada em Moçambique determina grandemente as percepções dos indivíduos de resolução de conflito. Por outras palavras, uma vez que defendi que o tipo de paz celebrado no país é a paz negociada então é ela que determina grandemente a percepção de resolução de conflito

---

<sup>14</sup> Trata-se do presidente da República Armando Emílio Guebuza numa entrevista concedida a uma televisão internacional, AFPTV.

<sup>15</sup> Excerto de uma intervenção num debate televisivo sobre O papel da sociedade civil na actual crise política, Jornal Nacional, Televisão Independente de Moçambique, 24 de Outubro de 2013

dos indivíduos. Uma das evidências disso é o facto de se notar muita recorrência ao apelo ao diálogo ou a negociação entre as partes em conflito como a solução deste e, contrariamente, praticamente nenhum discurso, pelo menos os observados, apelar uma intervenção militar. Entretanto, só para abrir um parêntesis, este facto contraria profundamente uma crença comum, quase anómica durante o conflito, de um plano governamental de eliminação da RENAMO através de uma incursão militar uma vez que até os próprios actores da violência, tanto duma como da outra parte, apelavam o mesmo. Este apelo ao diálogo, à negociação ou, o que dá no mesmo, ao entendimento entre as partes encontra-se documentado em discursos como este apresentado no extracto seguinte.

#### Percepções — Ch7:

*“Eu espero que a breve trecho este cenário se resolva (..) **não é guerra** é um desentendimento (...) tanto a FRELIMO como a RENAMO devem se sentar e conversar”*

Este excerto mostra, tal como os outros que poderei apresentar aqui, o apelo ao diálogo, o apelo a um entendimento entre as partes de modo a se ultrapassar o “desentendimento”. Por outro lado, no discurso pode-se notar uma enfatização da não existência da guerra “*não é guerra*”, antecedido por uma esperança do termo da situação que se vive. Aqui pode-se ver uma negação da existência de uma guerra e, para além disso, sublinha-se o facto de se tratar simplesmente de um desentendimento entre o Governo e a RENAMO onde simples entendimento entre as partes passa a ser a solução do conflito<sup>16</sup>. Portanto, esta avaliação da situação como natural, como normal, em que a solução não passa de um diálogo em busca de entendimento entre as partes não pode ser vista fora de um quadro específico de definição da situação — o que vou chamar aqui por *definição da situação* com base na Paz negociada.

---

<sup>16</sup> Mas no discurso fala-se da FRELIMO e da RENAMO mas não de Governo e RENAMO bom, este é um tema que se necessita de um estudo a esse respeito. O Governo sob a liderança da FRELIMO é confundido com o próprio Governo não se diz, por exemplo, “O Governo da FRELIMO” mas sim “a FRELIMO” este facto é tão interessante que até o líder da RENAMO não se encontra alheio a esta “forma de tratamento”. Um estudo interessante será da construção da imagem do Governo no contexto actual moçambicano. Entretanto, para ser mais formal eu interpreto a expressão “a Frelimo” constado nos discursos como “O Governo”.

Assim, por hipótese, tanto a RENAMO, principalmente o seu líder, como o Governo são vistos como os detentores de poder. São vistos como estando no mesmo nível e nenhum deles controla politicamente e nem economicamente o outro por isso não tem como entrarem em guerra porém, podem, como é natural, desentenderem-se em um momento e no outro se entenderem novamente. Na perspectiva de Georg Elwert, Stephan Feuchtwang e Dieter Neuber (1999) quando a paz é negociada, os dois beligerantes tornam-se ou são tidos como os novos detentores de poder. São ambos vistos como, para o caso concreto nosso aqui, “pais” da sociedade moçambicana que podem se desentender num momento e, para além disso, precisam de se entender de modo a garantir ordem no país tal como documenta o outro extracto.

Percepção — m6:

Cm6

*“Pai e pai devem se sentar e se entenderem (...) quando se entenderem pai e pai a mulher em casa fica bem”*

Este excerto apresenta-nos, sob ponto de vista do seu sentido, algo semelhante o do outro acima apresentado. E até que vai um pouco mais longe. Tal como noutro discurso, aqui também é apelado o diálogo como solução do conflito porém, com mais elementos que nos remetem para uma proposta de resolução de conflito fundamentada na Paz negociada. É por esta razão que o discurso requer mais explicação. Assim, três elementos interdependentes o discurso apresenta: 1) a consideração dos beligerantes como os “pais” da sociedade moçambicana ou seja, por assim dizer, como os legítimos responsáveis pelos destinos do país ou ainda como os legítimos detentores de poder em Moçambique; 2) a necessidade de entendimento entre ambos; e, por fim, 3) o restabelecimento da ordem política que se encontra dependente das partes beligerantes<sup>17</sup>. Esta legitimidade das partes conflitantes é, sob a luz do ângulo teórico que uso aqui, historicamente atribuída. E esta atribuição parece ser possível, como mais

---

<sup>17</sup> Este discurso foi proferido na língua Sena. Uma língua falada sobretudo no centro do país concretamente na província de Sofala. Porém, ao traduzir com ajuda de um estudante de Antropologia falante da língua concluímos os pais referidos no texto são, sem muita sombra de dúvida as partes envolvidas no conflito, a casa aí referida é o país e a mulher é a sociedade moçambicana. Somente estes elementos, num só discurso proferido em apenas sete segundos, fazem do discurso rico.

adiante poderei mostrar, por meio de recordações dos indivíduos dum processo de construção da Paz com base em negociações entre as partes, por um lado e, por outro, do horror de uma guerra antes vivenciada.

Entretanto, o que foi possível notar é que neste processo de construção de paz as partes em conflito tomaram o papel de controlar ou de serem os legítimos responsáveis pelos moçambicanos portanto, pais destes. Assim, este facto parece ser tão evidente que não seria por mero acaso o facto de, mesmo havendo um parlamento com três partidos representados, aí incluindo a RENAMO e a FRELIMO (partido no governo), pouco se exigia, por parte da “Sociedade civil”, a participação no diálogo ou pelo menos pouco se apelava ao parlamento a prerrogativa de tratar o assunto. Porém, muito pelo contrário, sejam partidos políticos seja “sociedade civil”, todos apelavam o diálogo e a negociação entre as partes. A presença de alguns membros da “sociedade civil” no diálogo só foi possível graças ao consenso entre as partes e pela exigência de uma das partes em conflito.

Portanto, na perspectiva de Elwert, Feuchtwang e Neubert contrariamente do que acontece no caso de uma Paz dos Vitoriosos, na Paz negociada (*Peace settlement*) os heróis da guerra das duas partes são vistos como estando no mesmo nível, não há uma diferença em termos de superioridade entre ambas as partes. Sendo assim, eles são considerados como pais, como representantes dos moçambicanos que ora podem se desentender, como é normal, ora podem se entender como não é menos normal. Porém, esta mesma consideração — a de que as partes em conflito são, por assim dizer, nossos pais — é apresentada por um outro discurso. Entretanto de maneira diferente. Facto que nos faz crer na distinta consideração que se tem das duas partes em conflito.

Percepções — m2:

*“Como é que as pessoas (.) acima de tudo as pessoas (.) que já tiveram um papel importante neste país (..) porque nós não podemos (..) nos comportar como se fossemos um país órfão ou um país que está aprender o ABC de construir processos (..) não é...”*

Ora, poderíamos ser tentados a pensar que só pelo facto de se encontrar duas forças em confronto militar seria absolutamente normal que os indivíduos apelassem o diálogo entre as partes. Entretanto, parar por aí seria negligenciar completamente a

componente sócio histórica da maneira pela qual cada indivíduo vê, avalia e diagnostica uma dada situação. Defendo que por meio de recordação, conhecimento e memória de um acontecimento semelhante que se vivenciou no passado os indivíduos avaliam a situação e diagnosticam a solução do problema.

Porém, esta recordação que vai determinar a avaliação e o diagnóstico não pode ser vista fora dum certo *quadro* — sugeri que se tratasse como um “Quadro de Paz negociada” ou seja, a *definição de uma situação* com base numa Paz negociada<sup>18</sup>. Ou por outra, é a Paz negociada que se encontra na base de muito daquilo que influencia a percepção de resolução de conflito dos indivíduos em Moçambique. Se se considerara possibilidade da recordação dos indivíduos ser de uma paz conquistada por via da força (*de-escalation by force* segundo Elwert et al (1999) sobre uma guerra passada, suponho que não seria de espantar, contrariamente ao nosso caso aqui, a recorrência constante de um apelo a uma intervenção militar para a solução do problema. O excerto acima, principalmente no segundo momento do discurso, denuncia visivelmente este aspecto: [nós não podemos] “*nos comportar como se fossemos um país órfão ou um país que está aprender o ABC de construir processos (..) não é (..)*”. Note-se a necessidade que se vê de se recorrer a experiência passada portanto, “experiência significativa” (Schutz, 1979) para se ultrapassar o problema actual que aparece, na mentalidade dos indivíduos, como semelhante ou “igual que se repete” e se torna a perspectiva pela qual se propõe o meio pelo qual o conflito possa ter um termo.

Assim, numa atenção mais prestada ao discurso podemos identificar nele dois momentos e desvendar dois aspectos dos quais estamos tratando aqui: de um lado encontramos a consideração das partes em conflito como os legítimos responsáveis dos destinos e situações do país portanto, nossos pais (“*nos comportar como se fossemos um país órfão*”) e a necessidade de se recorrer as experiências passadas (como se actualmente estivessemos, para usar mais uma Schutz, num “*momento de retenção*”) de modo a solucionar o problema. É mesmo este último elemento que igualmente se encontra documentado no extracto a seguir.

---

<sup>18</sup> Estou ciente de que trazendo este conceito no meu “campo de análise” pode surtir em desacordos. Facto que para mim parece ser absolutamente normal. Mas “quadro” aqui uso na mesma maneira pela qual Goffman a concebe ou seja, quadro aqui tem a ver com a *definição da situação* (Goffman, 1986, 10-11 apud Nunes, 1993, p. 36).

## Percepções — m7:

*“Nós vimos de:: (.) duma história de luta de libertação nacional que foi seguida por uma guerra civil (.) e essas (.) esses processos ou essas etapas da nossa história tiveram processos (.) de conflito (..) **diálogo e de reconciliação** e de construção de Paz (..) a razão pela qual nós (..) protestamos contra (...) **o uso das armas** (...) e (..) o uso da força (..) **armada** para resolver este problema é porque (..) pode incita (...) nós sabemos como é que a guerra (...) hoje nós nos lembramos como é que a guerra civil: nós que vivíamos no campo na altura”*

Constata-se no discurso, por exemplo, a recorrência ao passado por meio de recordação de um acontecimento antes vivenciado “*nós sabemos como é que a guerra (...) hoje nós nos lembramos como é que a guerra civil*”; o apelo, embora de forma disfarçada, ao “*diálogo e reconciliação*” (note-se pela elevação da voz) e o receio do uso da força como solução do problema. Portanto, o horror de uma guerra antes vivida e que aparece para os indivíduos por meio de lembrança é o que se encontra por detrás deste apelo ao diálogo. Entretanto, uma análise mais atenta do discurso nos remete também para algo diferente: a recordação de um processo que começou com um conflito, passou pelo diálogo e reconciliação e culminou com a construção da paz. Portanto, algo que nos faz acreditar que estamos perante uma recordação de um processo de construção da Paz que culmina com uma Paz negociada. E esta é exaltada na medida em que por um lado o discurso enfatiza a necessidade de diálogo entre as partes e, por outro lado, nega completamente o uso da força como solução. Repare-se por exemplo como se levanta o tom da voz, como forma de recusa, na expressão “*o uso das armas*” e na palavra “*armada*” e como se enfatiza a expressão “*diálogo e reconciliação*” como uma alternativa da proposta do uso das armas portanto, de uma de-escalção pela força.

Na abordagem de Schutz, através do estoque do conhecimento as experiências actuais em curso aparecem como familiar por estarem relacionadas por meio de uma “síntese de conhecimento” a alguma experiência anterior nos modos de 'igualdade', 'semelhança', 'analogia', etc. (Schutz, 1979). Quer me parecer que, para o nosso caso aqui, estamos perante a recordação de uma experiência anterior nos modos de semelhança: “*nós sabemos como é que a guerra (...) hoje nós nos lembramos como é que a guerra civil*”. Até porque esta “síntese de conhecimento”, como defendo aqui, só é possível graças a uma situação já estabelecida a partir das experiências vividas pelo indivíduo. Seja um conhecimento adquirido directamente por meio da experiência

vivenciada, seja ele adquirido durante o processo de socialização (como ilustra o exemplo que a seguir apresentarei) não dão indício de uma solução armada do conflito.

Portanto, este facto parece tão constatável que o outro excerto aponta para uma questão similar: o horror da guerra e a necessidade de se olhar para as experiências vivenciadas portanto, significativas, para se ultrapassar a situação que actualmente se vive.

### Percepção — h1

*“eu não vivi é-si:: dezasseis anos de guerra que que que já passou mas já ouvi com os meus avós me (...) me (...) meus pais não é uma coisa boa (..) ninguém gosta de voltar pegar fogo a pegar pistolas facas e tudo mais (..) o qui: nós: como Sociedade Civil () o que queremos de facto é **decidam e nos dêem a paz** (...) penso que que que tudo isso que o povo moçambicano quer (..) **queremos a Paz**”*

Entretanto, este excerto requer mais explicação. Aqui apresenta-se três elementos a se ter em vista: 1) a característica “não boa” de uma guerra (“*que já passou*”) conhecida através das experiências tidas por meio do *stock do conhecimento* a mão porém, transmitido (“*não vivi mas os meus pais disseram-me*”), 2) por isso, o medo ou o receio de se regressar novamente a ela (“*ninguém gosta de voltar a pegar fogo e a pegar pistolas e facas*”) e 3) a prerrogativa dada aos beligerantes de decidirem e criarem uma ordem política — o que vou chamar por “*fuga de responsabilidades*” (“*decidam e nos dêem a paz*”). Esta recordação de uma guerra passada em que os horrores foram conhecidos através de um conhecimento transmitido dos mais velhos para os mais novos é, sem sombra de muitas dúvida, o reflexo da recordação duma experiência antes vivida numa outra actual isto é, na experiência que os indivíduos *agora* vivenciam. E é com base nela (a recordação) que estes atribuem as partes envolvidas no conflito a responsabilidade de porem termo o conflito. A pergunta a ser feita é porque é que só as partes em conflito é que cabe a responsabilidade e, ao que parece, até o direito de decidirem e garantirem a paz? Donde é que vem esta responsabilidade? Do conflito agora vivido, da característica normal de um conflito ou da natureza das partes envolvidas nele?

Pela perspectiva deste trabalho, de nenhum deles. Trata-se simplesmente dum contexto sócio-histórico determinado por um processo de construção de paz celebrado



em Moçambique possível por meio de recordação de uma experiência antes vivenciada. Assim, a Paz negociada, esta celebrada no país, já cria condições para que as partes em conflito sejam vistas como responsáveis pela ordem política. O Acordo Geral de Paz (AGP), assinado pelas mesmas partes que agora se encontram em conflito, já é um elemento que garante as partes o estatuto e a legitimidade de novos detentores de poder, a legitimidade de serem os responsáveis pelos destinos da sociedade moçambicana e de serem, por assim dizer, já que são considerados ambos como estando no mesmo nível, os “pais dos moçambicanos”. A ênfase que o discurso apresenta “*Decidam e nos dêem a paz*” não vem por acaso, os indivíduos só esperam os resultados desta decisão — a paz! Do resto que eles se entendam!

Em termos gerais a análise dos discursos aqui feita pode ser resumida numa relação entre a história (o Acordo de Paz (AGP) celebrado em Moçambique que deu existência a um tipo de paz) e a ideologia (a posição do indivíduo em relação ao discurso como o apelo ao diálogo, a necessidade de paz fruto de uma decisão entre as partes e até a recorrência quase constante de uma experiência vivenciada no passado). Esta relação entre a história, a ideologia e a linguagem usada pelos indivíduos (paz, diálogo, “decidam”, entendimento, história, experiência, etc.) dão um sentido aos discursos que nos permite interpretar estes com base na experiência vivida e, também, no tipo de paz celebrado em Moçambique.

### **3. AS ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES**

O meu esforço até aqui foi fundamentalmente de compreender as percepções de resolução de conflito dos indivíduos em Moçambique. O meu percurso, para além da fase da constituição do objecto, começou numa breve descrição do conflito aqui em estudo e terminou na tentativa minha de me esforçar em mostrar como o tipo de paz celebrado pelos moçambicanos tem uma influência significativa nas percepções destes sobre a resolução de conflito por eles vivenciado de 2013 a 2014. Mas no processo procurei fazer uma categorização geral das opiniões dos indivíduos sobre o conflito na tentativa de deixar claro aliás, mais claro ainda qual é o aspecto do conflito vivido que me propus a pesquisar. Assim, tendo como base a análise de algumas informações públicas emitida por moçambicanos propus que as opiniões públicas sobre o conflito

vivido em Moçambique de 2013 a 2014 podessem ser categorizadas de seguinte maneira: o repúdio e condenação do conflito; o foco nas consequências do conflito e na proposta de resolução do conflito. E foi assim que deixei claro que só esta última categoria me interessava neste trabalho

Portanto, com esta categorização quis aclarar o objectivo do trabalho. Foi assim que logo a seguir me dediquei a analisar as percepções de resolução de conflito com base no tipo de paz celebrado em Moçambique e com base na experiência e no estoque de conhecimento dos indivíduos. Portanto, o exercício que fiz neste trabalho pode nos levar a propor algumas formas de tratamento do problema que aqui levantei. Assim, para mim e com base na análise que aqui procurei fazer, há duas propostas de tratamentodo problema aqui em questão.

A primeira é a de ter em conta que a Paz celebrada em Moçambique, com todos os seus instrumentos de fundamentação, como é o caso do “Acordo Geral de Paz” (AGP) tem uma grande influência na maneira pela qual os indivíduos percebem o meio pelo qual o conflito que vivenciam possa ter um termo. Ou seja, a Paz negociada tem uma grande influência tanto na visão dos indivíduos em relaçãoas partes em conflito como nas suas percepções de resolução de conflito. Em contrapartida, a segunda proposta é a de que uma vez que procurei mostrar que as percepções dos indivíduos tem uma fundamentação histórica que só é possível compreende-las a partir das experiências vivenciadas por eles e pelo estoque de conhecimento que adquiriram durante esta experiência entãoa hipótese levantada neste trabalho segunda a qual os indivíduos em Moçambique numa situação de conflito político, devido a experiência histórica que têm, apontam para o diálogo entre as partes envolvidas no conflito como meio de resoluçãode conflito so pode ser inteiramente aceite. Pela análise pretensamente sistemática das informações que adquiri foi possível constatar por um lado que a negociação, o diálogo entre as partes é o apelo recorrente para a solução do problema porém, por outro lado, a experiência histórica e a recordaçãodo horror e do processo que caracterizou a guerra aparecem muitas vezes como o fundamento das percepções.

Todavia, o meu esforço neste trabalho foi de tentar compreender as percepções, compreender, portanto, a reacção dos indivíduos em Moçambique numa situação de conflito. Porém, não procurei chegar a conclusões, simplesmente tentei propor algumas *hipóteses interpretativas* do problema que aqui levantei.

Assim, de modo a dar ao problema aqui em questão mais substância e abrangência, uma proposta imediata de um trabalho futuro seria o estudo do tratamento mediático do conflito (incluindo o estudo das opiniões dos indivíduos). Por outro lado, uma outra proposta seria um estudo etnográfico do conflito ou seja, o estudo sobre a maneira pela qual os indivíduos percebem o conflito por eles vivenciado. Este estudo, que seria de um fundo antropológico, permitiria compreender como, para usar uma expressão pesada da Antropologia, os “nativos” interpretam o conflito que vivenciam ou seja, um estudo situado ainda, para usar uma terminologia fundamentalmente sociológica, no primeiro nível hermenêutico. Acredito que, fazendo isso, se poderia ter uma compreensão mais profunda do fenômeno aqui adiantado — percepção pública de resolução de conflito político em Moçambique — mas nas suas mais diferentes vertentes e, porque não, do conflito político de 2013 a 2014 no geral.

## Bibliografia

- ABDULLAH, Daud and CHEHATA, Hanan. 2011. *European Public Perceptions of the Israel-Palestine Conflict: An analysis of a European survey carried out by ICM for AlJazeera Center for Studies, the Middle East Monitor and the European Muslim Research Centre*, (January).Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/.../european-public-perceptions-of-t>.
- Baloi, Obede. 2011. Entre a espada e a parede: círculo vicioso da Violência como um Dilema de um Estado pós-guerra. In N. Teles, B. Muianga e E. Brás (Org.), *Mosaico Sociológico*, (pp. 61-85). Maputo: Departamento de Sociologia.
- BAMIDELE, Oluwaseun (2012). Conflict Resolution and Practices in Africa: Philosophical Perspective. *The African Symposium: an online journal of the African Educational Reseach Network*. The African Symposium, Vol.12, 2, pp. 30-39. Disponível em [www.ncsu.edu/aern/TAS12.2/TAS12.2Bamidele.pdf](http://www.ncsu.edu/aern/TAS12.2/TAS12.2Bamidele.pdf)
- BONI, V. e QUARESMA, S. J. (2005), Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista eletrônica dos Pós-Graduados em Sociologia política da UFSC*. Volume 2, (nº 1), pp. 68-80. Disponível em [www.entese.usfsc.br](http://www.entese.usfsc.br), acessado em 02/06/2014
- BOUENE, Felizardo. (2005). Moçambique: 30 anos de independência. *African studia*. pg. 69-84.
- CAREGNATO, R. C. MUTTI, Regina. (2006). Pesquisa qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. *Contexto Enferm, Florianópolis*, pp. 679-684. Disponível em [www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17](http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17). Acessado a 14/10/2014
- DINIS, C. R. e DA SILVA, I. B. (2008). *Metodologia Científica: Tipos de Método*. Ed. UEPB/UFRN, Campina Grande; Natal. Disponível em <http://www.trabalhosfeitos.com/topicos/metodo-dial%C3%A9tico-metodologia-cientifica/0>. Acessado a 22/08/2014
- ELWERT, G., FEUCHTWANG, S. e NEUBERT, D (Eds.).(1999). Dynamics of Violence —An introduction. In: *Dynamics of Violence.Processes of Escalation and De-escalation in violent Group Conflicts*, pp. 9-31. Sociologus.Berlin: Duncker and Humblot.

ESPINDOLA, P. M (2012). A fenomenologia de Alfred Schutz: uma contribuição histórica. *Trama Interdisciplinar*. (nº1). Porto Alegre, pp. 157-171. Disponível em <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article>

GIL, Carlos (1994). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, (s.d).

GIL, Carlos (2002). *Como elaborar um projecto de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, (s.d).

JAUARÁ, Manuel. (2005). *Angola em Paz. Mas até quando?* XXIII Simpósio Nacional de História. Disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0637.pdf>

MARTIROSYAN, Arthur, (2014). *The Guns of Ukrainian August, the Bridgeway Group*. Disponível em: <http://perspectives.carnegie.org>. Acessado em 02/06/2014

MAYER, Bernard (2000). *Dynamics of Conflict Resolution: a Practitioner's Guide*. Disponível em <http://orgwise.ca/sites/osi.ocasi.org.stage/files/resources>

PARTIR, Yael, (2011). *The Israeli-Palestinian conflicts and the Israeli Perception of "No partner" for peace: An Insight into the Israeli political mindset*. ICSR Atkin Fellow. Disponível em: [http://icsr.info/wpcontent/uploads/ICSR\\_AtkinPaperSeries\\_YaelPatir.pdf](http://icsr.info/wpcontent/uploads/ICSR_AtkinPaperSeries_YaelPatir.pdf)

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4ª ed. Lisboa: Gradiva, (Outubro).

RAMSBOTHAN, Oliver et al. (2011). *Contemporary conflict resolution*, 3ª ed. 2011.

SCHUTZ, Alfred. (1979). *Fenomenologia e Relações sociais: Textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar editores, (s.d).

SERRA, Carlos (2012). *Chaves das portas do social (Notas de reflexão e pesquisa)*. Maputo: Imprensa Universitária, (Junho).

Relations Clingendael. Disponível em [http://www.clingendael.nl/sites/default/files/20060600\\_cru\\_working\\_paper\\_37\\_pt.pdf](http://www.clingendael.nl/sites/default/files/20060600_cru_working_paper_37_pt.pdf)

WOLF, Stefan and YAKINTHOU, Christalla.(2011).*Conflict Resolution: Theories and Practice*, London and New York, 2011.Disponível em:  
<http://www.ethnopolitics.org/isa/Wolff.pd>

Consulta de imprensa:

LAMARQUES, Rui. (2013, Outubro 25). *Luta pelo poder?* A Verdade, nº 259.

Nota: alguns materiais audiovisuais foram adquiridos na plataforma youtube.com acessado no dia 23 de Setembro de 2014 e o dia 11 de Agosto de 2015.

## ANEXOS

### Guião de entrevista

(Perguntas formuladas de modo a se evitar depoimentos desnecessários)

Como acha que o conflito, este que vivenciamos, envolvendo o Governo e a RENAMO, possa ser resolvido?		
Provável Resposta		
Paz Negociada	Paz dos vitoriosos	Nem uma e nem a outra

(Procura-se saber directamente a opinião do cidadão sobre o fim do conflito. Os depoimentos que não apresentarem uma resposta a esta pergunta serão descartados)

Porquê que o conflito poderia ser resolvido desta maneira?		
Provável Resposta		
Recorrência a experiência passada	Caracterização da situação actual	Outros

(Aqui procura-se a justificação da pergunta 1. Na verdade é o que se diz depois da pergunta 1 que mais interessa para análise da resposta dada na 1)

Qual deve ser, no seu ponto de vista, o papel que a RENAMO e a FRELIMO devem ter na sociedade?
Provável resposta
Experiência dos actores na história política moçambicana

(Aqui procura-se captar a imagem que o cidadãos tem das partes em conflito)

NOTA: O que vem como “Provável resposta” é, na verdade, o contexto da resposta dada.